



---

## REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 18, n. 2, Jul./Dez., 2026

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

[http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente)

[06/index.php/Ambiente](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente)

---

Artigo recebido em: 11.02.2026. Revisado por pares em: 24.02.2026. Reformulado em: 09.03.2026. Avaliado pelo sistema double blind review.

---

DOI: 10.21680/2176-9036.2026v18n2ID42975

---

**Oportunismo orçamentário? Um estudo sobre gastos públicos em anos eleitorais**

**Budgetary opportunism? A study on public spending in election years**

**¿Oportunismo presupuestario? Un estudio sobre el gasto público en años electorais**

### Autoras

#### **Joseli Pereira Macedo Rezende**

Mestra em Contabilidade. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Endereço: Av. Sen. Filinto Müller, 1555 – Cidade Universitária, Campo Grande – MS, 79046-460 - Telefone (67) 3345-3570. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4666-7786>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8627070658436503>

E-mail: [joselirezende@tce.ms.gov.br](mailto:joselirezende@tce.ms.gov.br)

#### **Marcielle Anzilago**

Doutora em Contabilidade. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Endereço: Av. Sen. Filinto Müller, 1555 – Cidade Universitária, Campo Grande – MS, 79046-460 - Telefone (67) 3345-3570. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5412-0786>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8272378971583138>

E-mail: [marcielle.anzilago@ufms.br](mailto:marcielle.anzilago@ufms.br)

**(Este estudo foi realizado com o apoio do Programa Mulheres na Ciência da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no Brasil - Código de Financiamento 001).**

### Resumo

**Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar o comportamento da execução do orçamento público municipal em anos eleitorais, em Campo Grande – MS a luz dos ciclos políticos orçamentários.

**Metodologia:** Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo com base em análise documental. Para tal, analisou-se as despesas realizadas entre os anos de 2003 a 2020, nas contas de: investimentos, saúde, educação e gasto com pessoal, constantes dos anexos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF),

abrangendo, portanto, cinco ciclos eleitorais: 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 do município de Campo Grande - MS.

**Resultados:** Os resultados reforçam a hipótese oportunista do Ciclo Político Orçamentário (CPO) ao evidenciar aumento significativo de gastos na rubrica de investimentos em anos eleitorais, indicando que despesas discricionárias e de maior visibilidade pública tendem a ser utilizadas como instrumento estratégico de sinalização política. Por outro lado, a ausência de evidências do fenômeno nas áreas de saúde, educação e gastos com pessoal sugere que a influência eleitoral não ocorre de maneira homogênea entre as categorias orçamentárias.

**Contribuições do Estudo:** O estudo contribui para a literatura sobre Ciclos Político-Orçamentários (CPO) ao fornecer evidências empíricas em nível municipal, a partir da análise longitudinal de cinco ciclos eleitorais (2004-2020). Contribui ainda, para o refinamento teórico do fenômeno no contexto subnacional brasileiro e para o debate sobre transparência e *accountability* na gestão fiscal municipal.

**Palavras-chave:** Ciclos Políticos Orçamentários. Gastos Públicos. Eleições. Manutenção de Poder.

### Abstract

**Purpose:** This study aimed to analyze the behavior of municipal public budget execution during election years in Campo Grande – MS, in light of the theory of Political Budget Cycles.

**Methodology:** This is a quantitative and descriptive study based on documentary analysis. To this end, expenditures carried out between 2003 and 2020 were analyzed in the following categories: investments, health, education, and personnel expenses. The data were obtained from the annexes of the Summary Budget Execution Report (RREO) and the Fiscal Management Report (RGF), covering five electoral cycles in the municipality of Campo Grande: 2004, 2008, 2012, 2016, and 2020.

**Results:** The results support the opportunistic hypothesis of the Political Budget Cycle by showing a significant increase in spending on investments during election years, indicating that discretionary expenditures with greater public visibility tend to be used as a strategic instrument of political signaling. On the other hand, the absence of evidence of this phenomenon in the areas of health, education, and personnel expenses suggests that electoral influence does not occur uniformly across budget categories.

**Contributions of the Study:** This study contributes to the literature on Political Budget Cycles (PBC) by providing empirical evidence at the municipal level through a longitudinal analysis of five electoral cycles (2004–2020). It also contributes to the theoretical refinement of the phenomenon in the Brazilian subnational context and to the debate on transparency and accountability in municipal fiscal management.

**Keywords:** Political Budget Cycles. Public Spending. Elections. Maintenance of Power.

## Resumen

**Objetivo:** El presente estudio tuvo como objetivo analizar el comportamiento de la ejecución del presupuesto público municipal en años electorales en Campo Grande – MS, a la luz de la teoría de los ciclos políticos presupuestarios.

**Metodología:** Se trata de un estudio cuantitativo y descriptivo basado en análisis documental. Para ello, se analizaron los gastos realizados entre 2003 y 2020 en las siguientes cuentas: inversiones, salud, educación y gasto en personal. Los datos fueron obtenidos de los anexos del Informe Resumido de Ejecución Presupuestaria (RREO) y del Informe de Gestión Fiscal (RGF), abarcando cinco ciclos electorales en el municipio de Campo Grande: 2004, 2008, 2012, 2016 y 2020.

**Resultados:** Los resultados respaldan la hipótesis oportunista del Political Budget Cycle, al evidenciar un aumento significativo del gasto en inversiones durante los años electorales, lo que indica que los gastos discrecionales y de mayor visibilidad pública tienden a ser utilizados como un instrumento estratégico de señalización política. Por otro lado, la ausencia de evidencia del fenómeno en las áreas de salud, educación y gasto en personal sugiere que la influencia electoral no ocurre de manera homogénea entre las distintas categorías presupuestarias.

**Contribuciones del Estudio:** El estudio contribuye a la literatura sobre ciclos políticos presupuestarios al proporcionar evidencia empírica a nivel municipal a partir de un análisis longitudinal de cinco ciclos electorales (2004-2020). Asimismo, contribuye al refinamiento teórico del fenómeno en el contexto subnacional brasileño y al debate sobre la transparencia y la rendición de cuentas en la gestión fiscal municipal.

**Palabras clave:** Ciclos Políticos Presupuestarios. Gastos Públicos. Elecciones. Mantenimiento del Poder.

## 1 Introdução

No Brasil, os entes federativos são responsáveis pela garantia dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). O cumprimento desses objetivos demanda não apenas capacidade arrecadatória, mas também planejamento e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, o orçamento público configura-se como instrumento central da ação governamental, evidenciando as escolhas do Estado e a alocação de recursos em prol do interesse coletivo. Tal processo é operacionalizado por meio de três peças obrigatórias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que, de forma articulada, orientam o planejamento e a execução das despesas públicas.

Entretanto, a literatura indica que períodos eleitorais tendem a alterar o padrão de execução orçamentária, reconfigurando prioridades e direcionando recursos para áreas de maior visibilidade social. Diversos estudos nacionais e internacionais têm se dedicado a analisar a influência das disputas eleitorais sobre o comportamento fiscal dos governos (Akhmedov &

Zhuravskaya, 2004; Sakurai & Gremaud, 2007; Sakurai, 2009; Videira & Mattos, 2011; Orair et al., 2014; Klein & Sakurai, 2015; Gonçalves et al., 2017; Guerra et al., 2018; Dal-Ri & Correia, 2019; Bartoluzzio & Anjos, 2020; Crispim et al., 2021). De modo geral, essas pesquisas apontam que gestores públicos, visando à reeleição, tendem a ampliar gastos em áreas sensíveis ao eleitorado, como investimentos, saúde, educação e políticas de forte apelo social (Sáez & Sinha, 2010).

Embora o pensamento keynesiano já reconhecesse a importância da intervenção estatal como instrumento de estímulo econômico (Fittipaldi, 2013), apenas a partir da década de 1970, no âmbito da Teoria das Escolhas Públicas, passou-se a considerar explicitamente os incentivos políticos subjacentes às decisões fiscais (Carneiro, 2020). Nesse contexto, Nordhaus (1975) formulou o modelo dos Ciclos Político-Econômicos, argumentando que governos adotam políticas expansionistas em períodos pré-eleitorais e promovem ajustes posteriores para mitigar seus efeitos adversos. Posteriormente, Hibbs (1977) introduziu a dimensão ideológica, sugerindo que partidos de esquerda e direita adotam estratégias econômicas distintas, especialmente no que se refere ao emprego e à inflação.

Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) avançaram essa discussão ao desenvolverem a Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários (CPO), enfatizando o papel da assimetria informacional entre eleitores e governantes. Segundo esses autores, gestores utilizam a política fiscal para sinalizar competência recente, por meio do aumento de gastos públicos e investimentos e da redução de impostos em períodos eleitorais. A literatura internacional tem confirmado a ocorrência desses ciclos em diferentes contextos institucionais, ainda que sua intensidade varie conforme o grau de desenvolvimento econômico, a maturidade democrática, a transparência fiscal e a liberdade de imprensa (Akhmedov & Zhuravskaya, 2004; Brender & Drazen, 2005; Shi & Svensson, 2006; Ademmer & Dreher, 2016).

No Brasil, evidências empíricas indicam que os ciclos políticos orçamentários se manifestam principalmente por meio da ampliação dos investimentos públicos e, em menor grau, por alterações em despesas tradicionalmente consideradas rígidas ou protegidas por normas legais, como saúde, educação e pessoal (Sakurai, 2009; Orair et al., 2014; Videira & Mattos, 2011; Santos et al., 2020; Marengo & Cate, 2021). Estudos também apontam que, apesar das restrições impostas pela legislação fiscal, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda existem espaços de discricionariedade que permitem ajustes estratégicos na execução do orçamento (Bartoluzzio & Anjos, 2020; Rocha et al., 2021).

Considerando que o Brasil possui uma democracia relativamente recente e marcada por heterogeneidades regionais, econômicas e institucionais, a investigação dos ciclos políticos orçamentários torna-se particularmente relevante. Akhmedov e Zhuravskaya (2004) e Brender e Drazen (2005) destacam que democracias jovens tendem a apresentar maior suscetibilidade à manipulação fiscal, especialmente em contextos de menor transparência e menor capacidade de fiscalização social. Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: **Qual o comportamento da execução do orçamento público municipal em anos eleitorais, em Campo Grande – MS a luz dos ciclos políticos orçamentários?** O objetivo é analisar o comportamento da execução do orçamento público municipal em anos eleitorais, em Campo Grande – MS a luz dos ciclos políticos orçamentários.

Aprofundar os estudos acerca dos ciclos políticos orçamentários, dadas as condições econômicas bastante regionalizadas, e em uma democracia ainda em processo de amadurecimento e reconhecimento de seus pressupostos, contribuiu para literatura e diversificou as reflexões sobre a manipulação eleitoral com vistas à permanência no poder, criando debate calcado na literatura sobre as práticas engendradas de projetos políticos, que se perpetuam historicamente. Dessa forma, a fim de contribuir com a literatura, esta pesquisa apresenta

considerações relevantes sobre o desenvolvimento e razões que importam na configuração dos Ciclos Políticos Orçamentários (Rogoff & Sibert, 1988; Rogoff, 1990).

No plano da contribuição científica, o estudo avança ao buscar preencher uma lacuna ainda pouco explorada na literatura nacional sobre ciclos políticos orçamentários em capitais de porte médio com trajetória institucional marcada por relativa estabilidade partidária. Embora parte dos achados confirme evidências já documentadas acerca da expansão de investimentos em anos eleitorais, a análise contribui ao evidenciar como condicionantes institucionais locais, tais como a predominância prolongada de um mesmo grupo político e a estrutura econômica dependente do setor de serviços e da administração pública, moldam a intensidade e a forma de manifestação do ciclo fiscal. Em democracias relativamente jovens e heterogêneas, como o Brasil, a literatura internacional sugere maior suscetibilidade à manipulação fiscal, especialmente em contextos de menor transparência e capacidade de monitoramento social, conforme argumentam Akhmedov e Zhuravskaya (2004).

Contudo, ainda são escassos estudos que investiguem como essas dinâmicas se configuram em contextos municipais específicos após mudanças institucionais recentes, como as alterações nas regras fiscais e o fortalecimento dos mecanismos de controle a partir da segunda metade da década de 2010. Ao analisar o caso de Campo Grande, o estudo não apenas verifica a existência de padrões cíclicos, mas identifica possíveis inflexões após 2016 e indícios de deslocamento estratégico do ciclo para outras rubricas orçamentárias, sugerindo processos adaptativos por parte dos gestores frente a restrições fiscais crescentes. Dessa forma, a contribuição do trabalho reside na explicitação de como fatores institucionais locais e transformações no ambiente regulatório podem reconfigurar a manifestação dos ciclos políticos orçamentários em nível municipal.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários

A Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários (CPO), desenvolvida por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), fundamenta-se na existência de comportamento oportunista por parte dos governantes na condução das políticas públicas, especialmente em períodos eleitorais. Nessa perspectiva, conforme Borsani (2004), as decisões fiscais não visam apenas à eficiência econômica, mas à maximização de votos, assim, ao afirmar que os governos formulam políticas com o objetivo de vencer eleições.

O modelo dos CPO pressupõe que os gestores buscam permanecer no poder, utilizando instrumentos de política fiscal para alterar a composição dos gastos públicos em anos eleitorais ou pré-eleitorais, privilegiando despesas de maior visibilidade e capacidade de sinalização de competência administrativa (Rogoff & Sibert, 1988; Carneiro, 2020). Tal comportamento é viabilizado pela assimetria informacional entre governantes e eleitores, na medida em que os primeiros detêm informações privilegiadas sobre seu desempenho recente, enquanto os eleitores avaliam a gestão a partir de resultados observáveis no curto prazo (Rogoff, 1990; Borsani, 2004; Wyse et al., 2022).

Nesse contexto, gestores considerados mais competentes em relação aos seus eleitores seriam capazes de ofertar determinado nível de bens e serviços públicos com menor necessidade de arrecadação, utilizando essa eficiência aparente como mecanismo de sinalização eleitoral (Rogoff & Sibert, 1988). Rogoff (1990) formula um modelo similar, porém enfatiza que o governante tem o incentivo de enviar a política fiscal em período pré-eleitoral, preferindo aumentar os gastos de consumo mais visíveis e imediatos à população. Assim, políticas como

redução de impostos, ampliação de gastos e redirecionamento orçamentário para obras públicas, saúde e educação tendem a se intensificar em períodos eleitorais, configurando os ciclos políticos orçamentários (Preussler, 2001; Wyse et al., 2022).

A literatura empírica demonstra que a intensidade e a duração dos CPO são condicionadas por fatores institucionais e estruturais, como grau de maturidade democrática, transparência fiscal, liberdade de imprensa, regras fiscais e experiência política dos gestores (Akhmedov & Zhuravskaya, 2004; Brender & Drazen, 2005; Shi & Svensson, 2006; Ademmer & Dreher, 2016). Ainda que tais mecanismos possam mitigar o fenômeno, evidências indicam que os ciclos políticos orçamentários persistem mesmo em democracias consolidadas (Wehner, 2013; Drazen & Eslava, 2010).

Estudos mostram que o desempenho financeiro público é impactado pelos ciclos políticos, o que indica retrocesso político e democrático (Fiirst et al., 2019). De modo geral, os estudos sobre CPO convergem ao apontar que a manipulação fiscal em períodos eleitorais não ocorre de forma homogênea, variando conforme o contexto econômico, institucional e político. Dessa forma, a literatura enfatiza a necessidade de análises empíricas que considerem as especificidades regionais e institucionais para compreender a manifestação e a intensidade dos ciclos políticos orçamentários (Garmann, 2017; Veiga et al., 2017; Carneiro, 2020).

## 2.1 Ciclo Orçamentário Brasileiro

O ciclo orçamentário brasileiro constitui o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas, sendo operacionalizado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme disposto no art. 165 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A LOA compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas estatais dependentes e o orçamento da seguridade social, estabelecendo a previsão das receitas e a fixação das despesas para o exercício financeiro correspondente (Brasil, 1988).

O projeto da LOA deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até 31 de agosto do exercício anterior, sendo apreciado e aprovado até o encerramento da sessão legislativa, com vigência a partir do primeiro dia do exercício a que se refere (Brasil, 1988). Apesar desse desenho institucional, a literatura destaca dilemas históricos no planejamento orçamentário, associados a alterações recorrentes da Lei Orçamentária, disputas políticas e fragilidades na estimativa das receitas e despesas (Oliveira & Ferreira, 2017; Couto et al., 2018). Soma-se a isso o limitado conhecimento da população acerca do orçamento público, o que reduz o controle social e a compreensão de sua relevância no processo decisório estatal (Rezende, 2013; Viana, 2014).

Com o objetivo de fortalecer a disciplina fiscal e o acompanhamento da execução orçamentária, o ordenamento jurídico brasileiro instituiu mecanismos de controle por meio da Lei nº 4.320/1964 e, posteriormente, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101/2000). Dentre esses instrumentos, destaca-se a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), ao final de cada bimestre, bem como do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), de periodicidade quadrimestral, conforme previsto na Constituição Federal e regulamentado pela LRF (Brasil, 1988; Brasil, 2000).

Os relatórios fiscais permitem o monitoramento sistemático da arrecadação das receitas, da execução das despesas e do cumprimento dos limites constitucionais e legais, especialmente aqueles relacionados aos gastos com pessoal, investimentos, saúde e educação (Brasil, 2000). Esses demonstrativos evidenciam a conexão entre o planejamento previsto na LOA e sua efetiva

execução, fornecendo subsídios para a análise do comportamento fiscal dos entes federativos ao longo do exercício financeiro.

Nesse contexto, os gastos públicos analisados neste estudo, investimentos, despesa com pessoal, aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino, encontram respaldo nos anexos do RREO e do RGF, assegurando padronização, comparabilidade e aderência às normas fiscais vigentes (Brasil, 2000). Assim, o ciclo orçamentário brasileiro configura o ambiente institucional no qual se materializam as decisões fiscais dos gestores públicos, sendo fundamental para a análise dos ciclos políticos orçamentários, uma vez que permite identificar variações na composição das despesas e potenciais comportamentos oportunistas ao longo do calendário eleitoral.

Conforme Wyse et al. (2022), os gestores públicos, em períodos próximos às eleições, modificam as execuções das políticas fiscais e monetárias do orçamento público, visando um efeito imediato na economia, para que conseqüentemente possam ser percebidos pelos eleitores, e assim sejam reeleitos ou consigam manter seu grupo político no poder. No entanto, após as eleições, adotam medidas contracionistas a fim de reverter os efeitos da política expansionista adotada anteriormente. Esse instrumento se repete a cada período eleitoral, provocando constantes flutuações na economia, podendo causar endividamento público (Lucena, 2013).

### 2.3 Gasto Público

O gasto público está condicionado à autorização legislativa prévia, materializada na Lei Orçamentária Anual (LOA), em observância ao princípio da legalidade (Brasil, 2000). A inexistência de autorização legal impede a realização do gasto e caracteriza infração fiscal. Dessa forma, a despesa pública integra o orçamento e constitui elemento central da gestão fiscal e da *accountability* governamental. Os investimentos públicos compreendem despesas destinadas à formação de capital fixo, como obras, aquisição de imóveis, equipamentos e materiais permanentes (Carvalho, 2015). Diferenciam-se das demais despesas por ampliarem o patrimônio público e gerarem fluxos futuros de benefícios econômicos e sociais, exercendo efeitos simultâneos sobre a demanda e a oferta agregadas (Orair et al., 2014).

A literatura sobre ciclos políticos orçamentários (CPO) destaca o investimento público como uma das rubricas mais suscetíveis à manipulação eleitoral, dada sua elevada visibilidade e capacidade de sinalização de competência governamental (Sakurai & Gremaud, 2007; Klein & Sakurai, 2015; Chortareas et al., 2016). Evidências empíricas indicam que gestores, especialmente em primeiro mandato, tendem a ampliar despesas de capital em períodos eleitorais, frequentemente em detrimento das despesas correntes, com o objetivo de maximizar chances de reeleição (Klein & Sakurai, 2015; Vicente & Nascimento, 2012).

Estudos nacionais e internacionais convergem ao demonstrar que investimentos públicos “visíveis” são estrategicamente expandidos em contextos pré-eleitorais, ainda que condicionados por regras fiscais e institucionais (Bartoluzzio et al., 2020; Dal-Ri & Correia, 2019; Guerra et al., 2018). Tais evidências reforçam que o investimento público constitui um instrumento central na dinâmica dos ciclos políticos orçamentários, independentemente da esfera de governo.

A saúde e a educação configuram direitos sociais constitucionalmente assegurados (art. 6º da CF/1988) e possuem aplicação mínima obrigatória, o que reduz, mas não elimina, a discricionariedade dos gestores públicos. No âmbito municipal, a Constituição determina a aplicação mínima de 25% da receita em educação (art. 212) e de 15% em saúde (art. 198, §2º), conforme regulamentação da Lei Complementar nº 141/2012. Apesar dessas vinculações, a literatura aponta evidências de manipulação eleitoral nessas rubricas. Sakurai (2009) identificou

que os gastos com saúde são particularmente sensíveis aos ciclos eleitorais, sobretudo devido à elevada dependência de transferências intergovernamentais. Em contrapartida, os gastos com educação apresentaram resultados heterogêneos, variando conforme alinhamento político e orientação partidária (Nunes, 2017; Videira & Mattos, 2011). Estudos corroboram a existência de ciclos políticos nos gastos em saúde, especialmente em anos eleitorais municipais, ainda que limitados pelas exigências legais (Novaes & Mattos, 2010; Santos et al., 2021; Marengo & Cate, 2021). Esses achados indicam que, mesmo em funções orçamentárias constitucionalmente protegidas, persistem margens de discricionariedade capazes de influenciar o comportamento fiscal dos gestores.

A despesa com pessoal compreende os gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, incluindo encargos e remunerações de agentes públicos (Brasil, 1988). Historicamente associada a episódios de descontrole fiscal, essa rubrica passou a ser rigidamente regulada com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que estabeleceu limites máximos de 60% da Receita Corrente Líquida para os municípios, sendo 54% destinados ao Poder Executivo. A literatura evidencia que os gastos com pessoal constituem uma variável sensível aos ciclos políticos orçamentários, embora sua manipulação seja parcialmente restringida pelas regras fiscais (Santolin et al., 2009; Moraes et al., 2018). Estudos empíricos indicam aumento relativo dessa despesa em períodos eleitorais, especialmente por meio de contratações temporárias, ainda que os efeitos sobre a recondução de gestores sejam ambíguos (Barca, 2017; França, 2019; Lima et al., 2021).

Por outro lado, há evidências de que os eleitores tendem a penalizar gestores com elevados gastos em pessoal, preferindo investimentos visíveis em detrimento de despesas correntes (Rocha et al., 2021; Munhoz Junior et al., 2022). Assim, a literatura aponta resultados heterogêneos, sugerindo que fatores institucionais, regionais e socioeconômicos condicionam a intensidade e a direção dos ciclos políticos associados à despesa com pessoal.

### 3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, longitudinal e descritiva. Quanto à abordagem, adota-se um estudo quantitativo. Os dados analisados contemplam informações sobre: (i) investimentos públicos; (ii) despesa total com pessoal; (iii) aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde; e (iv) aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme os anexos específicos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Para cada exercício financeiro, foram considerados os valores consolidados, publicados até 30 dias após o encerramento do ano fiscal.

Os dados da pesquisa compreendem dados secundários de natureza documental, obtidos a partir do RREO e do RGF, disponibilizados no Diário Oficial do Município. A população do estudo compreende o município de Campo Grande - MS, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. A escolha justifica-se por sua relevância administrativa e econômica no contexto regional, uma vez que se trata do maior município do estado em termos populacionais, concentração orçamentária e complexidade da estrutura fiscal, o município apresenta maior volume de receitas e despesas, maior capacidade de investimento e estrutura administrativa consolidada, o que possibilita observar com maior clareza eventuais oscilações orçamentárias associadas a ciclos eleitorais. Ademais, a disponibilidade sistemática e contínua dos Relatórios ao longo do período analisado assegura consistência e confiabilidade à base de dados, permitindo a análise comparativa de cinco ciclos eleitorais consecutivos. Assim, a escolha do município mostra-se adequada para investigar a ocorrência de ciclos político-orçamentários em contexto subnacional brasileiro.

O período de análise compreendeu os anos de 2003 a 2020, abrangendo cinco ciclos eleitorais municipais consecutivos (2004, 2008, 2012, 2016 e 2020). A delimitação temporal foi definida em função da disponibilidade de dados fiscais consolidados e padronizados nos Relatórios, garantindo comparabilidade metodológica ao longo da série histórica. A escolha desse intervalo permite observar padrões recorrentes de comportamento orçamentário em diferentes gestões e contextos políticos, aumentando a robustez da análise ao contemplar múltiplos ciclos eleitorais completos, e não apenas variações pontuais.

Para a análise dos dados, estes foram organizados em planilhas no *Excel* e analisados de forma comparativa, permitindo identificar padrões recorrentes de comportamento do gasto público em períodos eleitorais em relação aos demais anos da série histórica. O tratamento dos dados fundamentou-se ainda em técnicas clássicas de análise econômico-financeira, especificamente a análise horizontal e a análise vertical. A análise horizontal foi empregada para mensurar a variação temporal das despesas ao longo do período estudado, por meio da comparação percentual entre exercícios consecutivos, com ênfase nos anos eleitorais e nos exercícios imediatamente anterior e posterior aos pleitos. Essa técnica permitiu identificar possíveis alterações atípicas no comportamento do gasto público associadas ao calendário eleitoral.

A análise vertical, por sua vez, foi utilizada para avaliar a participação relativa de cada rubrica (investimentos, despesas com pessoal, saúde e educação) em relação ao total das despesas executadas em cada exercício, possibilitando examinar mudanças na composição orçamentária (Assaf Neto, 2014). A utilização combinada dessas técnicas é amplamente recomendada na literatura por proporcionar uma leitura integrada da evolução e da estrutura dos demonstrativos contábeis e fiscais (Assaf Neto, 2014). Embora se reconheça que os dados contábeis não capturam integralmente a dinâmica econômica subjacente, eles constituem fonte oficial e padronizada de informação, sendo amplamente utilizados em estudos de finanças públicas (Ross et al., 2013).

#### 4 Análise e Discussão dos Resultados

Na Tabela 1 apresenta-se a evolução da receita e despesa do município no período de 2003 e 2020 refletindo a expansão da atividade governamental.

**Tabela 1**

*Evolução da Receita e Despesa entre 2003 e 2020*

Especificação	2003 (R\$)	2020 (R\$)	Crescimento %
Receita	603.158.755,81	3.983.134.286,31	560,38
Despesa	585.835.740,00	4.206.646.418,73	618,06
<b>Resultado</b>	<b>17.323.015,81</b>	<b>(223.512.132,42)</b>	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na análise horizontal, evidenciou-se um crescimento expressivo tanto da receita quanto da despesa total do município de Campo Grande - MS no período de 2003 a 2020, conforme apresentado na Tabela 1. A receita total realizada passou de R\$ 603,2 milhões para R\$ 3,98 bilhões, representando crescimento nominal de 560,38%. No mesmo intervalo, a despesa empenhada total cresceu 618,06%, saindo de R\$ 585,8 milhões para R\$ 4,21 bilhões. Observa-se que o crescimento das despesas superou o ritmo de expansão das receitas, provocando deterioração do resultado fiscal, que deixou de apresentar superávit de R\$ 17,3 milhões em 2003 para registrar déficit de R\$ 223,5 milhões em 2020.

Considerando a inflação acumulada do período, estimada em aproximadamente 245% segundo dados do Banco Central do Brasil (Brasil, 2023), verifica-se crescimento real da receita em torno de 315%, enquanto as despesas apresentaram elevação real aproximada de 373%, indicando descompasso estrutural entre arrecadação e gasto público e sugerindo pressão crescente sobre o equilíbrio fiscal municipal ao longo do período analisado.

A análise das despesas de capital, especificamente dos investimentos, revelou padrão compatível com a literatura sobre Ciclos Políticos Orçamentários. Conforme demonstrado na Tabela 2, observou-se intensificação dos gastos em anos eleitorais, sobretudo nos ciclos de 2004, 2008 e 2012, seguida de retração nos exercícios subsequentes.

**Tabela 2***Gasto com Investimentos*

Ano	Gasto com investimentos (R\$)	Ampliação/diminuição (R\$)	%
2003	R\$ 112.480.130,00	-	-
<b>2004</b>	<b>R\$ 125.063.590,00</b>	<b>R\$ 12.583.460,00</b>	<b>11,19%</b>
2005	R\$ 82.153.500,00	-R\$ 42.910.090,00	-34,31%
2006	R\$ 118.801.990,00	R\$ 36.648.490,00	44,61%
2007	R\$ 153.280.305,25	R\$ 34.478.315,25	29,02%
<b>2008</b>	<b>R\$ 247.257.839,43</b>	<b>R\$ 93.977.534,18</b>	<b>61,31%</b>
2009	R\$ 233.829.772,75	-R\$ 13.428.066,68	-5,43%
2010	R\$ 268.311.072,32	R\$ 34.481.299,57	14,75%
2011	R\$ 270.578.997,40	R\$ 2.267.925,08	0,85%
<b>2012</b>	<b>R\$ 469.818.489,92</b>	<b>R\$ 199.239.492,52</b>	<b>73,63%</b>
2013	R\$ 272.097.061,46	-R\$ 197.721.428,46	-42,08%
2014	R\$ 293.971.717,80	R\$ 21.874.656,34	8,04%
2015	R\$ 207.816.640,02	-R\$ 86.155.077,78	-29,31%
<b>2016</b>	<b>R\$ 70.246.536,36</b>	<b>-R\$ 137.570.103,66</b>	<b>-66,20%</b>
2017	R\$ 132.667.100,67	R\$ 62.420.564,31	88,86%
2018	R\$ 185.554.099,95	R\$ 52.886.999,28	39,86%
2019	R\$ 217.632.141,62	R\$ 32.078.041,67	17,29%
<b>2020</b>	<b>R\$ 184.889.184,56</b>	<b>-R\$ 32.742.957,06</b>	<b>-15,05%</b>

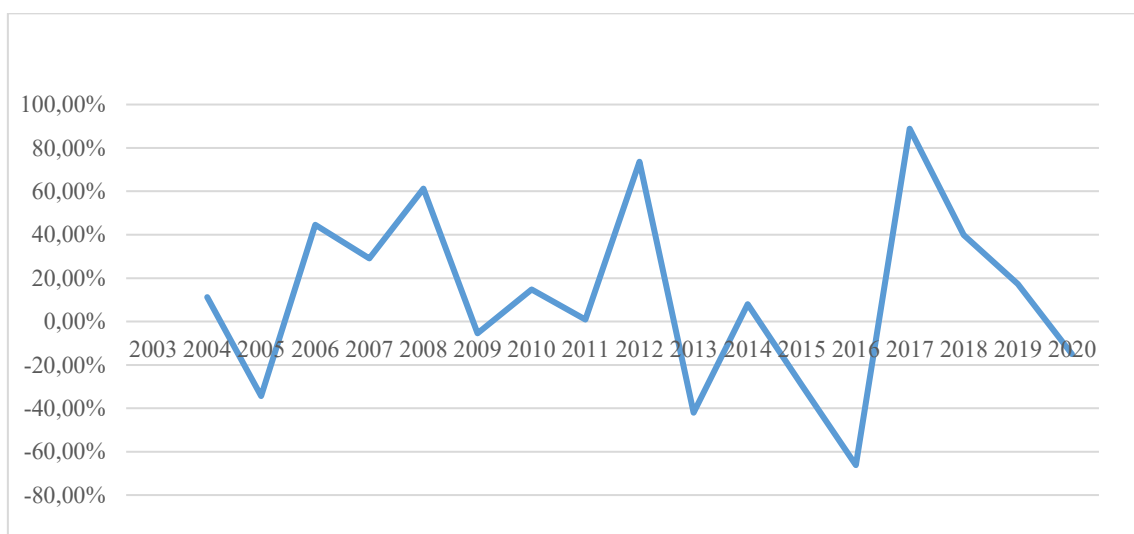
**Nota:** Dados em negrito correspondem ao ano eleitoral (Ciclo Político).

**Fonte:** *Dados da pesquisa.*

A análise dos investimentos evidenciou um comportamento compatível com a Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários (CPO), no primeiro ciclo eleitoral (2004), verificou-se crescimento de 11,19% em relação ao ano pré-eleitoral (2003), seguido de expressiva retração de 34,31% em 2005, primeiro exercício pós-eleitoral. Esse movimento é consistente com o modelo formulado por Rogoff e Sibert (1988), segundo o qual governantes ampliam despesas de maior visibilidade em períodos eleitorais e promovem ajustes fiscais posteriormente. No ciclo de 2008, o padrão mostrou-se ainda mais evidente: os investimentos cresceram 61,31% em comparação a 2007, sendo sucedidos por retração de 5,43% em 2009. De forma semelhante, em 2012 registrou-se expansão de 73,63% frente a 2011, seguida de queda de 42,08% em 2013. Esses dois ciclos apresentam evidência de comportamento oportunista, caracterizado pela elevação do gasto de capital no ano eleitoral e contração no exercício subsequente, sinalizando possível recomposição do equilíbrio fiscal.

Esses achados dialogam diretamente com a literatura empírica nacional, como os estudos de Sakurai (2009) e Klein e Sakurai (2015), que identificam os investimentos públicos como a rubrica mais sensível aos incentivos eleitorais, dada sua elevada visibilidade e capacidade de sinalização de competência administrativa. Conforme argumenta Drazen e Eslava (2010), mesmo em contextos com regras fiscais estabelecidas, a manipulação tende a ocorrer na composição do gasto, e não necessariamente em sua magnitude total, o que reforça a relevância da análise desagregada dos investimentos. Contudo, os ciclos de 2016 e 2020 não reproduzem o mesmo padrão. Em 2016 houve retração significativa de 66,20% no próprio ano eleitoral, enquanto em 2020 a redução foi de 15,05%. Esses resultados sugerem que fatores macroeconômicos e institucionais podem ter condicionado o comportamento fiscal local, atenuando incentivos oportunistas. O ciclo de 2016 coincide com o período de forte recessão econômica nacional, enquanto 2020 foi marcado pelos impactos fiscais e operacionais da pandemia da Covid-19, o que pode ter restringido a capacidade de expansão dos investimentos.

Em termos agregados, a média dos investimentos em anos eleitorais mostrou-se superior à média dos anos pré e pós-eleitorais, indicando que, embora não homogêneo, o padrão geral do período analisado é consistente com a hipótese de ciclos políticos orçamentários. Assim, os resultados corroboram parcialmente os achados de Orair et al. (2014), Gonçalves et al. (2017), Queiroz et al. (2019), Puchale et al. (2020) e Rocha et al. (2021), ao evidenciar associação entre investimentos públicos e calendário eleitoral, ainda que condicionada por restrições econômicas e institucionais. Dessa forma, os dados sugerem que o município apresenta indícios de comportamento oportunista na execução dos investimentos, especialmente nos ciclos de 2008 e 2012, confirmando a centralidade dessa rubrica na dinâmica dos ciclos políticos orçamentários no contexto municipal brasileiro.



**Figura 1** Ampliação percentual dos Gastos em Investimentos

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme evidenciado na Figura 1, observa-se ruptura do padrão cíclico a partir de 2016, uma vez que o ano eleitoral não foi acompanhado por expansão dos investimentos, mas por expressiva retração da despesa de capital. Essa descontinuidade sugere que os incentivos oportunistas previstos pela Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários podem ser mitigados por condicionantes institucionais e fiscais. A literatura destaca que a intensidade dos ciclos depende do ambiente político e do grau de estabilidade governamental. Nesse sentido, Borsani (2004)

argumenta que contextos de instabilidade institucional reduzem a previsibilidade estratégica dos incumbentes e afetam a coordenação das decisões orçamentárias. De forma convergente, Nakaguma e Bender (2006) evidenciam que restrições fiscais e maior rigidez institucional tendem a limitar a manipulação oportunista das despesas públicas em períodos eleitorais.

No caso analisado, o contexto político-institucional local em 2016 foi marcado por cassação de mandato e elevada instabilidade administrativa, fatores que, aliados à deterioração do resultado fiscal, reduziram a margem de discricionariedade do gestor. O déficit orçamentário registrado naquele exercício impôs restrições adicionais à expansão dos investimentos, especialmente diante das exigências de equilíbrio fiscal estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal descontinuidade pode estar associada ao contexto político-institucional local, marcado por cassação de mandato, instabilidade administrativa e restrições fiscais, conforme sugerido por Borsani (2004), Souza (2006), Pinto (2008) e Nakaguma e Bender (2006). Adicionalmente, o déficit orçamentário registrado em 2016 restringiu a margem de discricionariedade para expansão dos investimentos.

Na Tabela 3 apresenta-se os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino em valores absolutos e percentuais.

**Tabela 3**

*Valores absolutos e percentuais gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino*

Ano	Receita Base Cálculo Educação	Despesa em MDE Aplicada	% de aplicação
2003	463.724.950,00	80.314.340,00	24,01
<b>2004</b>	<b>401.572.910,00</b>	<b>90.414.860,00</b>	<b>25,69</b>
2005	422.309.420,00	106.018.340,00	25,1
2006	485.586.520,00	121.509.660,00	25,02
2007	535.151.140,51	134.199.456,57	25,08
<b>2008</b>	<b>672.344.176,46</b>	<b>178.401.501,56</b>	<b>25,03</b>
2009	727.290.303,71	194.992.627,35	26,81
2010	827.503.772,07	215.867.657,19	26,09
2011	997.194.238,44	254.366.759,17	25,51
<b>2012</b>	<b>1.117.685.331,07</b>	<b>284.631.302,13</b>	<b>25,47</b>
2013	1.191.427.392,13	320.788.734,56	26,92
2014	1.351.860.034,70	376.006.377,15	27,81
2015	1.354.107.292,21	493.718.030,74	36,46
<b>2016</b>	<b>1.482.652.142,88</b>	<b>475.185.675,98</b>	<b>32,05</b>
2017	1.622.981.437,89	429.390.740,90	26,46
2018	1.766.153.121,50	522.016.214,72	29,56
2019	1.882.810.596,99	553.120.488,29	29,38
<b>2020</b>	<b>1.917.733.720,85</b>	<b>503.762.608,28</b>	<b>26,27</b>

**Nota:** Dados em negrito correspondem ao ano eleitoral (Ciclo Político).

**Fonte:** *Dados da pesquisa.*

Conforme demonstrado na Tabela 3, o município de Campo Grande - MS aplicou, em média, 27,15% da receita base em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), percentual superior ao mínimo constitucional de 25% previsto no art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), sendo observado cumprimento do piso em praticamente todos os exercícios analisados. Em termos absolutos, as despesas com educação apresentaram

trajetória de crescimento contínuo ao longo do período, acompanhando a expansão da base de cálculo vinculada à arrecadação de impostos e transferências. Entretanto, sob a ótica da Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários, não se identifica padrão sistemático de elevação dos percentuais aplicados em anos eleitorais.

Diferentemente do comportamento observado na rubrica de investimentos, os percentuais de aplicação em educação mantiveram-se relativamente estáveis, com oscilações moderadas em torno do patamar mínimo constitucional. Ainda que se verifiquem percentuais mais elevados em determinados exercícios, como 2015 (36,46%) e 2016 (32,05%), tais variações não coincidem de forma consistente com o calendário eleitoral, sugerindo ausência de manipulação oportunista sistemática nessa função. Esse resultado é convergente com os achados de Sakurai (2009), embora divirja parcialmente de Novaes e Mattos (2010), Videira e Mattos (2011) e Marengo e Cate (2021), os quais apontam existência de margem discricionária e possíveis influências eleitorais nessa rubrica em determinados contextos. Na Tabela 4 apresenta-se os valores aplicação em ações sociais e serviços públicos de saúde.

**Tabela 4***Montante de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde*

Ano	Receita base cálculo saúde	Despesa em saúde aplicada	% de aplicação	Varição crescimento/diminuição	% de variação
2003	306.444.450,00	73.519.610,00	23,99	-	-
<b>2004</b>	<b>351.895.360,00</b>	<b>81.048.670,00</b>	<b>23,03</b>	<b>7.529.060,00</b>	<b>10,24%</b>
2005	422.309.440,00	96.051.260,00	22,74	15.002.590,00	18,51%
2006	485.586.540,00	120.277.870,00	24,77	24.226.610,00	25,22%
2007	482.795.615,99	147.121.103,41	30,47	26.843.233,41	22,32%
<b>2008</b>	<b>709.863.422,67</b>	<b>174.955.965,78</b>	<b>24,6</b>	<b>27.834.862,37</b>	<b>18,92%</b>
2009	727.290.303,71	170.537.310,37	23,29	-4.418.655,41	-2,53%
2010	870.067.478,00	219.294.691,09	25,17	48.757.380,72	28,59%
2011	997.194.238,44	262.735.806,43	26,28	43.441.115,34	19,81%
<b>2012</b>	<b>1.117.685.331,07</b>	<b>289.034.532,47</b>	<b>25,86</b>	<b>26.298.726,04</b>	<b>10,01%</b>
2013	1.191.427.392,13	370.171.843,71	31,07	81.137.311,24	28,07%
2014	1.351.860.034,70	408.467.411,99	30,22	38.295.568,28	10,35%
2015	1.354.107.292,21	394.660.882,39	29,15	-13.806.529,60	-3,38%
<b>2016</b>	<b>1.482.652.142,88</b>	<b>462.741.660,41</b>	<b>30,62</b>	<b>68.080.778,02</b>	<b>17,25%</b>
2017	1.622.981.437,89	596.052.704,84	36,73	133.311.044,43	28,81%
2018	1.766.153.121,50	480.403.232,13	27,2	-115.649.472,71	-19,40%
2019	1.882.810.596,99	569.312.204,36	30,74	88.908.972,23	18,51%

Joseli Pereira Macedo Rezende e Marcielle Anzilago

<b>2020</b>	<b>1.917.733.720,85</b>	<b>487.098.791,61</b>	<b>25,4</b>	<b>-82.213.412,75</b>	<b>-14,44%</b>
Média	1.057.825.439,95	300.193.641,72	27,30	24.328.187,15	12,76%

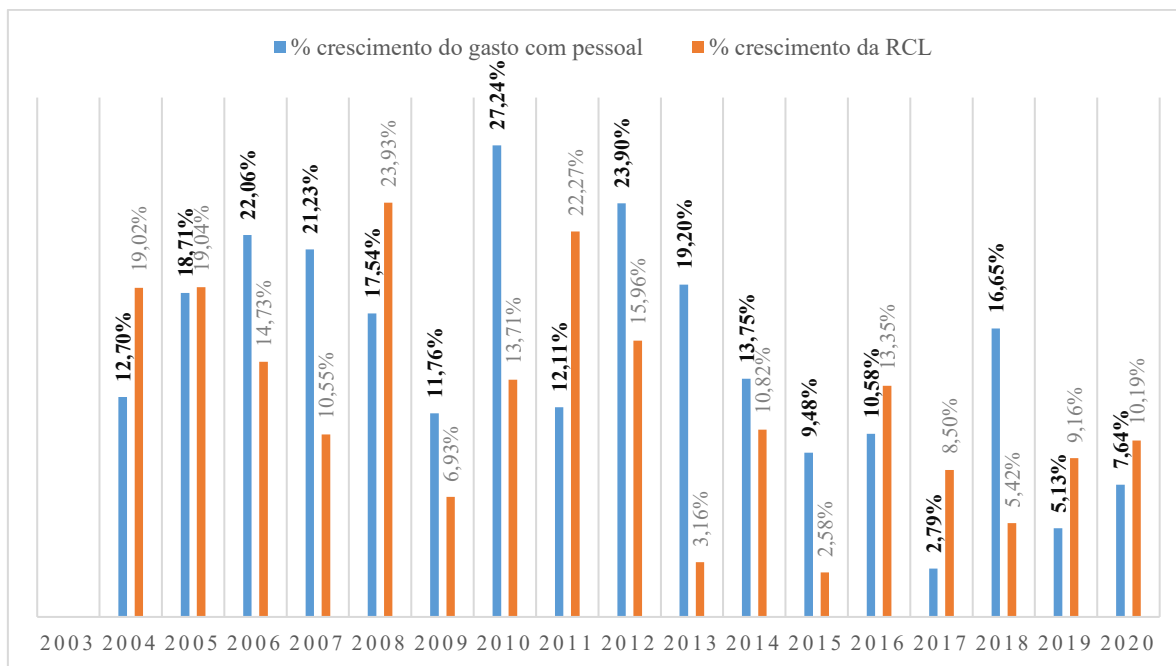
**Nota:** Dados em negrito correspondem ao ano eleitoral (Ciclo Político).

**Fonte:** *Dados da pesquisa.*

De modo semelhante à função educação, as despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) mostraram crescimento contínuo, acompanhando a evolução da arrecadação municipal, conforme apresentado na Tabela 4. Embora se observe variação relevante no montante aplicado e na taxa de crescimento anual, com expansões expressivas em 2007, 2013, 2016 e 2017, não se identifica padrão sistemático de intensificação do gasto coincidente com os anos eleitorais municipais (2004, 2008, 2012, 2016 e 2020). Em diversos pleitos, a variação do gasto acompanhou proporcionalmente o crescimento da receita, e, em alguns casos, registrou-se inclusive redução no ritmo de expansão ou retração da despesa, como ocorreu em 2009, 2015, 2018 e 2020. Esses resultados alinham-se aos achados de Videira e Mattos (2011) e Saez e Sinha (2010), embora contrastem com Sakurai (2009) e Santos et al. (2020).

Sob a perspectiva da Teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários, os resultados sugerem que a função saúde, apesar de comportar alguma margem discricionária, não apresentou comportamento oportunista sistemático no município analisado. Esse achado converge com as evidências de Videira e Mattos (2011), ao analisarem municípios brasileiros sob abordagem espacial, não identificaram elementos robustos caracterizadores de ciclos políticos nas despesas públicas vinculadas. De forma semelhante, Saez e Sinha (2010) concluíram que em anos eleitorais, na Índia, não há ampliação dos gastos com saúde, ocorrendo, de outro modo, uma redução, conforme se aproximam os pleitos eleitorais. Os autores explicam que a despesa com saúde é uma função de governo, pouco visível ao eleitorado, sendo seus efeitos percebidos ao longo do tempo, o que justificaria tal comportamento dos gestores.

Ao contrário, as evidências do estudo de Sakurai (2009) revelaram que a função saúde é uma das variáveis mais suscetíveis ao calendário eleitoral. Santos et al. (2021), no mesmo sentido, só que estudando municípios de Mato Grosso do Sul, identificaram que as despesas com saúde sofrem influência do calendário eleitoral, sobretudo em anos municipais, embora tenham constatado aumento nesse tipo de gasto também, em anos de eleições gerais (Presidenciais e Estaduais). Na Figura 2, apresenta-se o comparativo do crescimento da receita corrente líquida e do gasto com pessoal e encargos.



**Figura 2** Comparativo do Crescimento da Receita Corrente Líquida e do Gasto com Pessoal e Encargos

Fonte: Dados da pesquisa.

A despesa com pessoal apresentou comportamento distinto das demais rubricas analisadas. Embora o município tenha iniciado o período com percentual significativamente inferior aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, observou-se trajetória de crescimento contínuo ao longo dos exercícios, culminando na ultrapassagem dos limites de alerta e prudencial previstos na legislação.

Conforme evidenciado na Figura 2, enquanto a Receita Corrente Líquida cresceu, em média, 12,31% ao ano, a despesa com pessoal apresentou um crescimento médio de 14,85%, agravando a situação fiscal do município. Apenas no exercício de 2012 foi possível identificar, de maneira parcial, comportamento compatível com o ciclo político orçamentário, quando a ampliação do gasto com pessoal superou significativamente o crescimento da receita. Os achados dialogam com Santolin et al. (2009), Giuberti (2006), Gadelha (2012) e Lautenschlage (2018), ao mesmo tempo em que reconhecem divergências apontadas por Lima et al. (2021), França (2019), Morais et al. (2018).

De forma geral, os resultados do estudo evidenciam a presença de ciclos políticos orçamentários no município de Campo Grande – MS, sobretudo na rubrica de investimentos, em consonância com a literatura nacional e internacional. A intensificação dos investimentos nos ciclos de 2004, 2008 e 2012 reforça a hipótese de utilização dessa despesa de capital como instrumento de sinalização ao eleitorado, dada sua elevada visibilidade e tangibilidade. Por outro lado, a ruptura do ciclo a partir de 2016 sugere que fatores institucionais, políticos e fiscais exercem papel determinante na magnitude e persistência dos ciclos, corroborando com Nakaguma e Bender (2006) e Borsani (2004) acerca da influência do ambiente institucional sobre o comportamento fiscal.

No tocante às funções educação e saúde, embora exista margem discricionária na composição interna das despesas, não foram encontradas evidências robustas de manipulação eleitoral sistemática. Esses resultados reforçam a noção de que vinculações constitucionais e regras fiscais reduzem, ainda que não eliminem, a discricionariedade dos gestores públicos,

conforme argumentam Marengo e Cate (2021). Por fim, a despesa com pessoal revelou-se o principal vetor de deterioração fiscal do município no período analisado, ainda que não tenha apresentado padrão cíclico consistente. As evidências qualitativas sugerem possíveis práticas de gerenciamento fiscal para acomodação dos limites legais, ampliando o debate acerca da efetividade da Lei de Responsabilidade Fiscal como instrumento de contenção de comportamentos oportunistas e de promoção da sustentabilidade das contas públicas no âmbito municipal.

## 5 Considerações Finais

O estudo teve como objetivo analisar o comportamento da execução do orçamento público municipal em anos eleitorais no município de Campo Grande – MS a luz dos ciclos políticos orçamentários. Para tanto, adotou-se uma abordagem descritiva de natureza quantitativa, baseada na análise dos dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), contemplando as despesas com investimentos, pessoal, saúde e educação, no período de 2003 a 2020.

Os resultados evidenciam a presença de ciclos políticos-orçamentários no município de Campo Grande - MS, especialmente na rubrica de investimentos. Verificou-se que, nos exercícios de 2004, 2008 e 2016, houve ampliação significativa desses gastos em anos eleitorais, confirmando o potencial de visibilidade e retorno político dessa categoria. Por outro lado, não foram identificadas evidências consistentes da ocorrência do fenômeno nas rubricas de saúde, educação e despesas com pessoal ao longo da maior parte da série histórica, sugerindo que o comportamento não se manifesta de forma homogênea entre as diferentes categorias orçamentárias.

Observou-se ainda que, nos ciclos mais recentes há indícios de enfraquecimento do padrão concentrado em investimentos, acompanhado de ampliação expressiva dos gastos com pessoal e encargos. Esse movimento pode indicar um possível deslocamento estratégico do ciclo político-orçamentário para rubricas menos discricionárias, possivelmente em resposta às restrições fiscais e institucionais impostas ao gasto público nos últimos anos. Conclui-se, portanto, que a execução orçamentária do município no período analisado foi influenciada pela agenda eleitoral, sobretudo por meio da expansão dos investimentos, ainda que com sinais de reconfiguração do padrão nos ciclos mais recentes.

O estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados, a análise baseou-se exclusivamente em dados secundários de execução orçamentária extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o que restringe a compreensão de aspectos qualitativos relacionados ao processo decisório e às estratégias adotadas pelos gestores públicos. A utilização de dados agregados pode não capturar integralmente práticas mais sutis de realocação intraorçamentária ou mecanismos indiretos de ajuste fiscal no interior das rubricas analisadas.

Além disso, por tratar-se de estudo aplicado a um único município, os resultados refletem especificidades institucionais, políticas e econômicas de Campo Grande - MS, o que limita a generalização para outros contextos municipais. Embora a série histórica contemple cinco ciclos eleitorais consecutivos, a análise concentrou-se em técnicas descritivas de natureza econômico-financeira, não incorporando modelagens econométricas capazes de testar estatisticamente a significância dos efeitos observados.

Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos comparativos entre municípios de diferentes portes e regiões, bem como a aplicação de modelos econométricos, a fim de testar formalmente a existência e a intensidade dos ciclos políticos nas variáveis orçamentárias municipais. Recomenda-se, ainda, a ampliação da investigação para

examinar possíveis estratégias de gerenciamento fiscal associadas aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que se refere às despesas com pessoal e à composição do gasto público em anos eleitorais.

## Referências

- Akhmedov, A., & Zhurasvskaya. (2004). E. Opportunistic political cycles: test in a young democracy setting. *The Quarterly Journal of Economics*, 119(4), 1301-1338. <https://doi.org/10.1162/0033553042476206>.
- Ademmer, E., & Dreher, F. (2016). Constraining political budget cycles: Media strength and fiscal institutions in the enlarged. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 54(3), 508-524.
- Arvate, P. R., & Biderman, C. (Org.). (2004). *Economia do setor público*. São Paulo: Elsevier, Campus, Int., p. 5-16.
- Assaf Neto, A. (2014). *Curso de administração financeira*. 3. ed. - São Paulo: Atlas.
- Barca, G. B. V. (2017). *O Efeito das eleições sobre o orçamento público: um estudo de caso, a luz da análise econômico-financeira, sobre as contas de pessoal e de investimento do Distrito Federal*. [Dissertação Mestrado Profissional em Economia] – Universidade de Brasília, Departamento de Economia.
- Bartoluzzio, A. I. S. D. S., & Anjos, L. C. M. D. (2020). Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(2), p. 167-180. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Borsani, H. (2004). Relações entre política e economia: Teoria da Escolha Pública. In.: Arvate, P. R., Biderman, C. (2004). *Economia do Setor Público*. (10a. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier. Cap.6, p. 103-125.
- Brasil. Constituição Federal. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (2000). *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of monetary Economics*, 52(7), 1271-1295.
- Carneiro, L. M. (2020). *Estudos sobre ciclos político-orçamentários: análise dos seus efeitos nas transferências voluntárias e desvio da execução orçamentária*. [Tese Doutorado Universidade Federal do Paraná] – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. 112 p.
- Carvalho, D. (2015). *Orçamento e Contabilidade Pública*. Teoria de Prática. (5ª. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier. Cap.3, p. 160-223.
- Chortareas, G., Logothetis, V., & Papandreou, A. A. (2016). Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. *European Journal of Political Economy*, 43, 1-13.
- Costa, F. M., & Leão, F. H. F. C. (2021). Gerenciamento de resultados e ciclo eleitoral em municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 55, 697-715.

- Crispim, G., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, C. D. (2021). Ciclo Orçamentário Político: Uma Análise nos Municípios Brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 106-123.
- Couto, L. C., Neto, J. E. B., & Resende, L. L. (2018). Flexibilidade do orçamento público perante a execução orçamentária. *Revista Mineira de Contabilidade*, 19(1), 42-54.
- Dal-Ri, F., & Correia, F. M. (2019). Ciclos político-eleitorais e alocação dos gastos públicos: uma análise para os municípios brasileiros. *Revista de Economia*, 40(73).
- Drazen, A., & Eslava, M. R. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. *Journal of development economics*, 92(1), 39-52.
- Fittipaldi, I. (2013). *Venha a nós o vosso voto: evidências empíricas do ciclo de pork barrel em arenas de políticas públicas nos estados brasileiros*. [Tese Doutorado Universidade Federal de Pernambuco] – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 281 p.
- França, J. W. G. M. (2019). *Reeleição municipal e gastos com pessoal*. [Tese de Doutorado] FGV EBAPE - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.
- Fiirst, C., dos Santos, A. C., Junior, M. M. R., & da Silva Zonatto, V. C. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(1), 127-144.
- Gadelha, S. R. B. (2012). Análise dos Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a despesa de pessoal e a receita tributária nos municípios brasileiros: em estudo com modelo probit aplicado a dados em painel. *Textos para Discussão Tesouro Nacional*, 3, 1-18.
- Garmann, S. (2017). Political budget cycles and fiscally conservative voters. *Economics Letters*, 155, 72-75.
- Giuberti, A. C. (2006). Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos sobre o gasto com pessoal dos municípios brasileiros. In: *Secretaria do Tesouro Nacional. (Org.). Finanças Públicas: Monografia premiada em 2º lugar no X Prêmio Tesouro Nacional*. São Paulo: Ágape Editores Ltda, p. 803-841.
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra, J. E. (2017). The Influence of political cycles on public investments in infrastructure: a study of Brazilian States from 2003 to 2014. *Revista de Administração Pública*, 51, 462-481.
- Guerra, D., Paixão, A. N., & Leite Filho, P. A. M. (2018). Os ciclos político-econômicos e os gastos dos estados no Brasil: 1995-2013. *Dados*, 61, 695-734.
- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American political science review*, 71(4), 1467-1487.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36.
- Lautenschlage, J. (2018). Ciclos Político-orçamentários nos municípios de Santa Catarina. *Textos de Economia*, 21(1), 01-24.
- Lautenschlage, J. (2017). Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os ciclos político-orçamentários e os níveis de despesas e receitas nos estados brasileiros. *Economic Analysis of Law Review*, 8(2), 317-350.

- Lamoso, L. P. (2011). Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul-Brasil. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, 10(21), 33-47.
- Lima, S. L. L., Gomes, A. R. V., Romero, S. A., & Mello, G. R. (2021). A Influência dos Gastos por Funções Ministeriais nas Despesas com Pessoal de Acordo com Ciclos Políticos Eleitorais. *Revista Alcance*, 28(2), 165-178.
- Lucena, B. M., Jr. (2013). *Uma análise dos investimentos públicos, dívida consolidada líquida e receita corrente líquida dos estados brasileiros no ciclo político de 2002-2010*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9469>
- Marengo, A., & Cate, L. T. (2021). Municípios são todos iguais? Decisões sobre gasto, orçamento e políticas públicas em governos locais. *Revista de Sociologia e Política*, 29.
- Merriam, S. B., & Tisdell, E. J. (2015). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. John Wiley & Sons.
- Missio, F. J., & Rivas, R. M. R. (2019). Aspectos da formação econômica de Mato Grosso do Sul. *Estudos Econômicos*, 49, 601-632.
- Morais, L. M. F. (2018). *Influência do ano eleitoral, do mandato eleitoral e da mudança de Gestor Público sobre as mudanças na composição dos gastos públicos: um estudo nos municípios brasileiros*. [Dissertação Mestrado Universidade Federal de Paraíba] – Programa de Pós-Graduação em Ciência Contábeis. 54 p.
- Munhoz Junior., J. P. M., Dalazen, L. L., Silva, L. S. C. V., Silva, R. F., & Silva, B. N. (2022). O efeito do ano eleitoral sobre os gastos públicos dos municípios do Paraná. *Brazilian Journal of Development*, 8(5), 35102-35123.
- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia aplicada*, 10, 377-397.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The review of economic studies*, 42(2), 169-190.
- Novaes, L., & Mattos, E. (2010). O efeito da intenção de reeleição sobre gastos em saúde: uma análise com base no modelo de reputação política. *Brazilian Journal of Political Economy*, 30, 140-158.
- Nunes, G. S. (2017). Ciclos políticos orçamentários: uma análise das despesas em educação e saúde para os municípios do Rio Grande do Sul (2002-12). *Indicadores Econômicos FEE*, 44(4), 99-110.
- Oliveira, C. L., & Ferreira, F. G. B. C. (2017). O orçamento público no Estado constitucional democrático e a deficiência crônica na gestão das finanças públicas no Brasil. *Sequência*, 183-212.
- Orair, R. O., Gouvêa, R. R., & Leal, E. M. (2014). Ciclos políticos eleitorais e investimentos das administrações públicas no Brasil. *Texto para Discussão*.
- Pinto, I. C. M. (2008). Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. *Revista de Políticas Públicas*, 12(1), 27-36.

- Preussler, A. P. S. (2001). *Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil*. [Dissertação Mestrado Universidade Federal do Rio Grande do Sul] Programa de Pós-Graduação em Economia. 97p.
- Puchale, C. L., Pereira, O. L. F., & Veloso, G. O. (2020). A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de 2003 a 2014. *Política & Sociedade*, 19(44), 229-256.
- Queiroz, D. B., Freire, L. M. M., Silva, A. G., & Rebouças, V. K. (2019). Mandatos eleitorais e ciclos político-orçamentários: evidências dos estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(2).
- Rezende, F. (2013). O orçamento público e o público. *Revista Controle: doutrinas e artigos*, 11(1), 11-17.
- Rocha, T. C., Araújo, J. M., & Brunozi Júnior, A. C. (2021). Budgetary, Political and Socioeconomic Determinants of Political – Party Succession: Evidence of Electoral Behavior in Brazil Municipalities. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(3), 35-52.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The review of economic studies*, 55(1), 1-16.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *American Economic Review*, 80, 21-36.
- Ross, S. A., Westerfield, R. W., Jordan, B. D., & Lamb, R. (2013). *Fundamentos de administração financeira*, 9. ed. Porto Alegre: AMGH.
- Sáez, L., & Sinha, A. (2010). Political cycles, political institutions and public expenditure in India, 1980-2000. *British Journal of Political Science*, 40(1), 91-113.
- Sakurai, S. N., & Gremaud, A. P. (2007). Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). *Economia Aplicada*, 11, 27-54.
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. *Estudos Econômicos*, 39, 39-58.
- Santolin, R., Jayme Jr, F. G., & Reis, J. C. D. (2009). Lei de Responsabilidade Fiscal e implicações na despesa de pessoal e de investimento nos municípios mineiros: um estudo com dados em painel dinâmico. *Estudos Econômicos*, 39, 895-923.
- Santos, P. H. P., Wakim, V. R., & Fernandes, C. I. P. (2020). A Influência Das Eleições Municipais Sobre a Execução Orçamentária dos Gastos Com Saúde, Educação e de Obras e Instalações. *Anais XIV Anpcont*.
- Santos, E. A., Pereira, P. H. S. M., Sallaberry, J., & Ribeiro, F. O. (2021). Determinantes do Gasto Público com Saúde das Cidades Sul-Mato-Grossenses Sob a Perspectiva do Teorema do Eleitor Mediano. *Gestão e Sociedade*, 15(42).
- Shi, M., & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: Do they differ across countries and why? *Journal of public economics*, 90(8-9), 1367-1389.
- Silva, N. O. (2020). *Gastos sociais e accounting gimmicks: uma percepção dos ciclos políticos eleitorais nos municípios do centro-oeste brasileiro*. [Dissertação Mestrado Universidade de Brasília] - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. 145p.

- Silva, E. B. (2018). *Práticas de contabilidade criativa nos estados brasileiros: influências dos ciclos eleitorais*. [Dissertação Mestrado - Universidade de Brasília] Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. 119 p.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 20-45.
- Veiga, F. J., Veiga, L. G., & Morozumi, A. (2017). Political budget cycles and media freedom. *Electoral Studies*, 45, 88-99.
- Viana, N. C. (2014). Orçamento público: modelos, desafios e crítica. *Revista de Políticas Públicas*, 18(1), 45-57.
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106-126.
- Videira, R. A., & Mattos, E. (2011). Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. *Economia aplicada*, 15, 259-286.
- Wehner, J. (2013). Electoral Budget Cycles in Legislatures. *Legislative Studies Quarterly*.
- Wyse, M. N. O., Machado, D. P., Gomes, D. G., & Fernandez, R. N. (2022). Influência dos Ciclos Políticos nos Gastos Públicos e seu efeito sobre a Dívida Pública. *Revista Gestão & Conexões*, 11(3), 55-73. DOI: 10.47456/regec.23175087.2022.11.3.38335.55.73